

O que a China tem a ver com seu bolso

TURBULÊNCIA Queda nas Bolsas chinesas contamina os principais mercados do mundo. Eventual permanência da instabilidade afetará relações comerciais com o Brasil

A queda de 8,5% na Bolsa de Xangai – a maior baixa diária em oito anos – deu um susto no mercado financeiro mundial ontem. Apesar de ainda ser cedo para saber se o número é apenas uma reação exagerada, economistas avaliam que a manutenção de índices ruins na segunda maior economia do mundo pode afetar os brasileiros. A China é atualmente a maior parceira comercial do Brasil e Xangai é a principal Bolsa do país.

Os chineses são grandes compradores de petróleo, soja, minério de ferro e outras commodities. O Brasil pode ser atingido por redução nas exportações e pela queda ainda maior no preço das commodities. Isso criaria mais um entrave na já combalida economia brasileira. Queda nas exportações representam menos negócios e mais desemprego.

Além da questão mais conjuntural, há o fator câmbio. Em momentos de insegurança, investidores procuram dólares como refúgio, e a procura maior eleva a cotação. O dólar turismo era vendido a até R\$ 3,70 ontem no Brasil. O dólar em alta pressiona ainda mais a inflação. E para segurar a inflação, o governo aumenta os juros, o que prejudica empresas e consumidores.

“A Bolsa é um investimento volátil e sujeita a mudanças bruscas. Não podemos enca-

◉ **saiba mais**

77,9

bilhões de dólares foi movimento no comércio exterior entre os dois países no ano passado

40,6

bilhões de dólares foi o volume de nossas exportações para os chineses. Hoje, o país asiático é nosso principal parceiro

rar ainda como um fato consumado, ainda é cedo para isso, mas se o quadro permanecer o País (Brasil) pode ser afetado”, avalia o Fábio Silva, conselheiro do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

A situação do mercado foi agravada pelo temor de uma nova redução na meta do crescimento chinês para este ano, que em março passou de 7,5% para 7%. Sobre esse aspecto, o Fábio é otimista. “O governo chinês já mostrou que tem um poder de intervenção na economia com sucesso. A China é o país que mais cresceu no mundo nos últimos 40 anos e tem uma estrutura voltada para o crescimento. Nunca vi a China crescer menos que 6%, então se houver uma

redução, vai ser pequena”, analisa.

Já o vice-presidente do Conselho Regional de Economia, Fernando Aquino, destaca a redução nas exportações brasileiras como uma consequência de impacto, a exemplo da exportação do minério de ferro, um dos produtos que o Brasil mais exporta para a China. Com o enfraquecimento da sua economia, a tendência é que o país comprador diminua as importações de produtos brasileiros. “Isso teria um efeito desfavorável para a nossa economia”, resume Aquino.

Ele também exemplifica como o enfraquecimento da moeda nacional pode afetar o consumidor comum. “Se o dólar se valoriza muito, o produtor de carne, por exemplo, vai dar preferência às exportações, e não ao mercado interno. Com menos opções de produtos no mercado interno, o preço final sobe”, exemplifica Fernando Aquino.

TENSÃO

As principais Bolsas da Europa encerraram o pregão de ontem em forte baixa, pressionadas exatamente pelo recuo acentuado dos mercados acionários da China. O índice pan-europeu Stoxx 600 caiu 2,21%, para 385,91 pontos.

“A queda nas Bolsas chinesas também trouxe de volta as preocupações sobre a desaceleração do crescimento

da segunda maior economia do mundo”, disse o estrategista-chefe do banco Reyl, François Savary, que acrescentou que o tombo provocou a aversão ao risco nos mercados globais, afetando fortemente as ações na Europa e o mercado de commodities. Também houve queda nos Estados Unidos. Em Wall Street, o Dow Jones fechou em baixa de 0,73%, aos 17.440,59 pontos, o S&P 500 caiu 0,58%, aos 2.067,64 pontos, e o Nasdaq recuou 0,96%, aos 5.039,78 pontos.

Somou-se ao mau humor dos mercados uma série de notícias corporativas ruins.

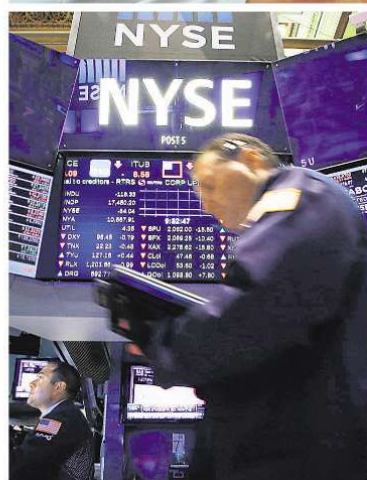
Em Londres, os papéis da empresa aérea Ryanair caíram 2,20% depois de a empresa manter inalterada a sua previsão de lucro para o ano. O movimento pressionou o índice FTSE-100, que fechou em queda de 1,13%, aos 6.505,13 pontos.

Na Bolsa de Zurique, os papéis do banco UBS caíram 1,62%, apesar de o balanço do segundo trimestre ter vindo melhor do que o esperado por analistas. O índice de referência Swiss Market recuou 1,38%, fechando em 9.194,48 pontos.

A notícia de que a Fiat Chrysler concordou em pagar uma multa de US\$ 105 milhões aos reguladores dos EUA por causa de recalls derrubou os papéis da montadora na Bolsa de Milão.



China Out/APP



Spencer Platt/AP

INCERTEZA Pequeno investidor chinês observa desvalorização. Wall Street também fechou no vermelho

Por que não somos a Grécia

Raissa Ebrahim
Renato Mota

economia@jconline.com.br

Dois países, duas realidades: duas crises distintas. Grécia e Brasil – assim como boa parte do mundo – passam por situações econômicas delicadas. Embora as duas nações vivenciem aumento do desemprego, queda da atividade produtiva, gasto público excessivo, problemas de Previdência, deterioração da confiança, forte dependência de bancos e investimentos estrangeiros (entre outros pontos), o cenário e o histórico são bastante diferentes. A começar pela relação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros credores e o controle da política econômica. Também são distintas a relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e a dívida, as reservas cambiais, a base produtiva e os níveis de emprego.

Como lembra o professor de economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Gustavo Ramos Sampaio, após entrar na Zona do Euro, a Grécia viu-se forçada a fazer um forte rearranjo. Elevou substancialmente os gastos de custeio e com o funcionalismo público, criando uma estrutura inchada. A relação dívida/PIB hoje está em 170%. “O déficit orçamentário lá está perto dos 14%. É cerca de quatro vezes mais do que o nível de tolerância permitido na União Europeia”, diz.

“De 2008 para cá, o Brasil também sofreu. Mas há uma grande diferença de estrutura econômica e de reservas, que nos permitiu segurar a crise. Além dos nossos setores pro-



dutores e agrícola fortes. O setor produtivo grego foi praticamente desmontado. Muitas empresas fecharam e perdeu-se capacidade de reação”, complementa Sampaio. Na Grécia, serviços e turismo respondem por quase 80% do PIB. Lá, a crise é também de capacidade de pagar a dívida. Investidores foram fortemente afetados, juros pipocaram e o acesso ao crédito desabou. O desemprego está perto dos 25%. Aqui, gira em torno de 8%.

Agora que o Brasil, ressalta o professor, não tem dívidas com o FMI desde 2000. A Grécia, além de dependente

do fundo, tem política monetária submissa ao Banco Central Europeu. “Aqui temos a política fiscal nas mãos”, aponta. As reservas cambiais ajudam a estabilizar a situação e pode-se mexer na taxa de juros para conter a inflação. “Temos tudo para sair da crise econômica: câmbio desvalorizado, setor agrícola com potencial de exportação, indústria funcionando”, opina. Para Sampaio, o principal problema é a questão política.

Na avaliação do economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcel Balassiano, embora diferen-

tes, as situações grega e brasileira podem ser creditadas aos governos. “A decisão do primeiro-ministro Alexis Tsipras de suspender reforma e privatizações, além de renegociar condições de socorro financeiro da Europa, levaram o país à situação atual”, afirma. Apesar de impopulares, medidas de austeridade e ajuste fiscal propostas estariam surtindo efeito. “Basta olhar para o saldo em conta corrente, saindo de déficit de quase 10% do PIB em 2011 para superávit perto de 1% no ano passado. O ajuste pelo qual a Grécia passou nos anos anteriores estava surtindo efeito. Mas o atual governo de esquerda resolveu ‘se revoltar’, acredita Balassiano.

Para o economista Luciano D’Agostini, do Conselho Federal de Economia (Cofecon), medidas de austeridade como as da Grécia e países emergentes só funcionam quando a economia ainda apresenta crescimento. “Num cenário de recessão, esses ajustes fiscais tendem a piorar a situação”, afirma. As reformas que foram propostas à Grécia (assim como as que o próprio país se dispôs a realizar) poderiam ter ajudado a economia, se aplicadas mais cedo. “O governo grego teve várias oportunidades de fazer isso antes, mas preferiu mascarar resultados negativos para garantir lugar na União Europeia”, conta D’Agostini. Para o diretor de operações da assessoria de investimentos da FN Capital, Paulo Figueiredo, a maior lição da crise grega é uma filosofia mais antiga do que qualquer pensador de Atenas: “Não espere a situação ficar extrema para tomar uma atitude. Prevenção é a melhor estratégia”.



Agência Fotogramas/AP

TSIPRAS Premiê admite rachas no interior de seu partido

Tensão marca 1º dia de negociações

ATENAS – A Grécia recebeu ontem os representantes de seus credores, com os quais começou a negociar um terceiro plano de resgate para o país. A relação entre as duas partes é tensa.

No fim do dia, o ministro grego da Economia, Euclide Tsakalotos, informou que as negociações começaram ontem e que “se intensificarão na terça”. Ele reiterou que a Grécia vai “obedecer às decisões” acordadas na cúpula europeia.

De qualquer forma, o tempo pressiona Atenas e seus credores – a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE). Até 20 de agosto, eles devem fechar o terceiro plano de resgate, estimado entre € 82 e € 86 bilhões, conforme firmado na cúpula europeia de 12 e 13 de julho.

Com os cofres vazios, a Grécia

espera receber antes dessa data um primeiro pagamento de mais de € 3 bilhões ao BCE em 20 de agosto.

Isso implica definir em apenas três semanas as reformas prioritárias a serem executadas, fixar o calendário de pagamentos, encontrar um acordo sobre os objetivos fiscais da Grécia, obter a aprovação das três instituições credoras e de vários parlamentos que devem se pronunciar, além de submeter ao Parlamento grego as decisões adotadas.

Trata-se de um desafio, a começar pelas difíceis negociações entre os credores e o governo de esquerda grego, no poder desde o final de janeiro.

O primeiro-ministro Alexis Tsipras reconheceu que “existem diferentes orientações no interior de seu partido” e que “se deve organizar o quanto antes uma convenção (do partido)” para resolvê-las.